



IV - DESENVOLVIMENTO HUMANO

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador que mede o desenvolvimento humano de um país ou uma grande região. Foi desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como uma ferramenta de comparação entre os países. Para sua aplicação em nível municipal tornaram-se necessárias algumas adaptações metodológicas e conceituais. Dessa forma, o PNUD, em parceria com a Fundação João Pinheiro e com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), criou o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) com o objetivo de representar mais fielmente as características de unidades geográficas de pequeno porte, como os municípios.

A metodologia de cálculo do IDH-M consiste no cálculo da média aritmética de três subcomponentes, relacionados à longevidade (IDH-M-Longevidade), à educação (IDH-M-Educação) e à renda (IDH-M-Renda). O IDH-M varia entre os valores 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1 mais alto será o nível de desenvolvimento humano do município ou região.

Adotando-se para os municípios a mesma classificação dos países em três grandes categorias de IDH, pode-se dividir os municípios em três categorias: a) municípios com desenvolvimento humano baixo ($0 = \text{IDH} < 0,5$); b) municípios com desenvolvimento humano médio ($0,5 = \text{IDH} < 0,8$) e; c) municípios com desenvolvimento humano alto ($0,8 = \text{IDH} = 1$).

Tabela 4.1 - Classes de índice de desenvolvimento humano municipal nas áreas susceptíveis à desertificação

Classes de IDH-M	Nº de Municípios	
	1991	2000
Baixo	698	12
Médio	784	1470
Alto	0	0

Comparando-se os mapas ao lado (Figura 4.1) com os valores de IDM-M para dois períodos (1991 e 2000) observa-se que houve aumentos expressivos deste índice nos municípios das ASD. A quase totalidade das localidades com desenvolvimento humano baixo em 1991 passaram à categoria de IDH-M médio. Porém, nenhum município alcançou a classe mais elevada. Isso indica que ainda há muita margem para se aprimorar as condições de vida da população dessas áreas.

Calculando-se o IDH-M do Brasil, apenas para fins comparativos, obtiveram-se os valores de 0,696 em 1991 e de 0,766 em 2000. Nas ASD, 99% dos municípios registraram IDH-M abaixo desses valores nos dois períodos de estudo, ou seja, para se equiparar a outras regiões do país mais desenvolvidas é fundamental investir em emprego, renda, saúde e educação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação.

Tabela 4.2 - Municípios com os valores extremos de índice de desenvolvimento humano municipal nas áreas susceptíveis à desertificação

Ano	Piores		Melhores	
	Município	Valor	Município	Valor
1991	Curral Novo do Piauí (PI)	0,323	Natal (RN)	0,733
2000	Manari (PE)	0,467	Natal (RN)	0,788

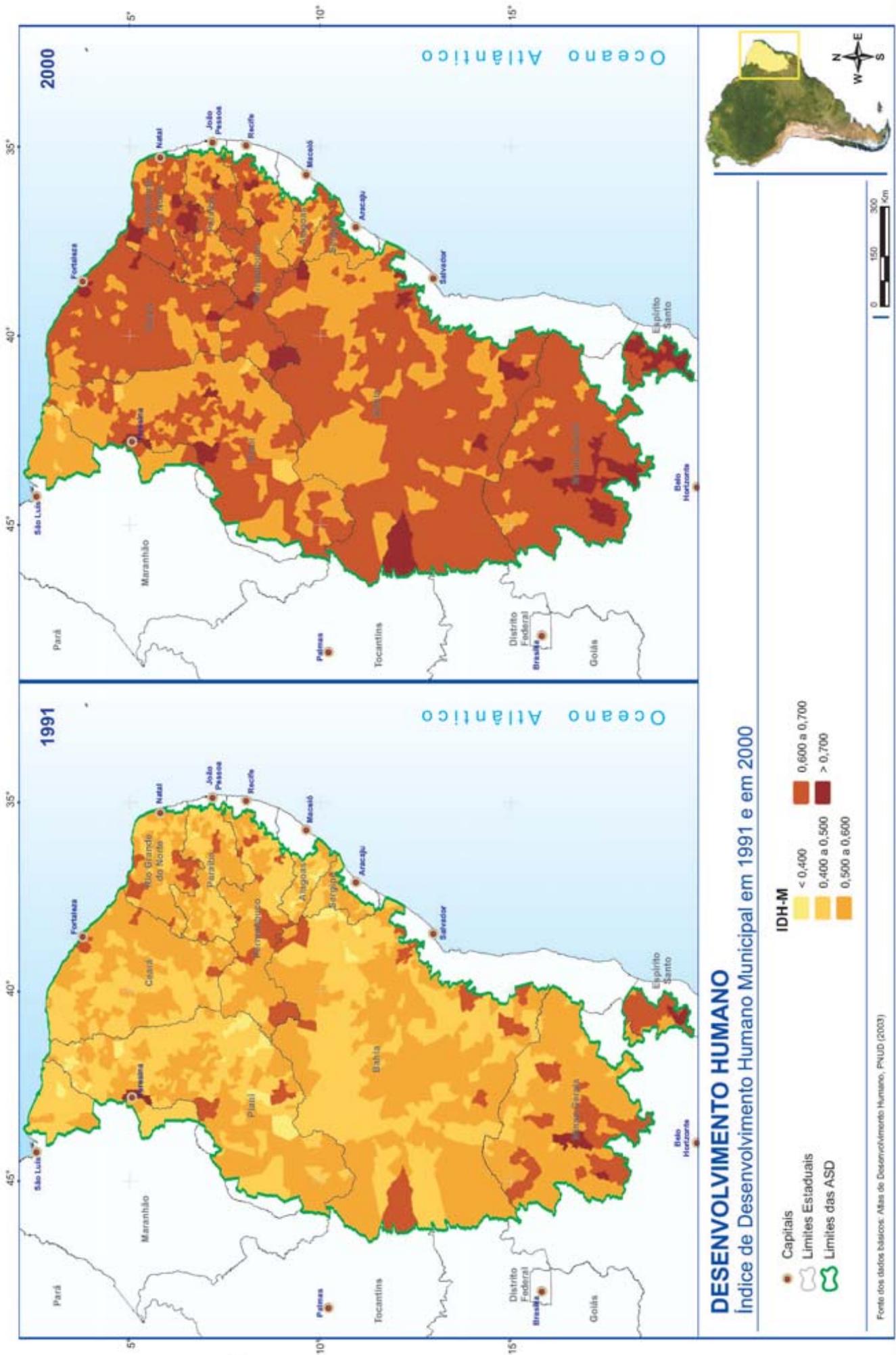


Figura 4.1 - Índice de desenvolvimento humano municipal em 1991 e 2000 nas áreas susceptíveis à desertificação

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO

A Taxa de Alfabetização é o percentual das pessoas acima de 15 anos de idade que são alfabetizadas, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples. Este é um indicador componente do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Este estudo é realizado periodicamente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2003) e contribui para o cálculo do IDH-M com 2/3 do subcomponente IDH-Educação.

No cálculo deste indicador é considerado o limite de 15 anos porque esta é a idade prevista para que a pessoa tenha concluído o ciclo de oito anos de estudos das séries do ensino fundamental. Ao final desse período, presume-se que o indivíduo tenha adquirido habilidades mínimas de leitura e escrita. A taxa de alfabetização é obtida pela divisão do total de alfabetizados maiores de 15 anos pela população total de mais de 15 anos de idade do município pesquisado.

Analisando a taxa de alfabetização em 1991 e em 2000 nas Áreas Susceptíveis à Desertificação observa-se que houve um grande avanço: em 84% dos municípios das ASD, a taxa de alfabetização em 1991 era inferior a 60%. Já em 2000, este mesmo valor foi verificado em apenas 1/3 dos municípios dessa região. No entanto, muito ainda resta a ser realizado. As desigualdades ainda são imensas. Existem regiões que apresentam porcentagens muito baixas de indivíduos alfabetizados, principalmente no Piauí, em Alagoas e em Pernambuco.

A alfabetização é um fator crucial para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade como um todo, pois promove a socialização, o acesso aos bens culturais, às etapas posteriores de formação e a postos mais qualificados no mercado de trabalho.

Tabela 4.3 - Municípios com os melhores e piores valores de taxa de alfabetização nas áreas susceptíveis à desertificação

Ano	Piores		Melhores	
	Município	Valor	Município	Valor
1991	Curral Novo do Piauí (PI)	16,35	Pirapora (MG)	84,78
2000	Caraúbas do Piauí (PI)	40,17	Montes Claros (MG)	90,08

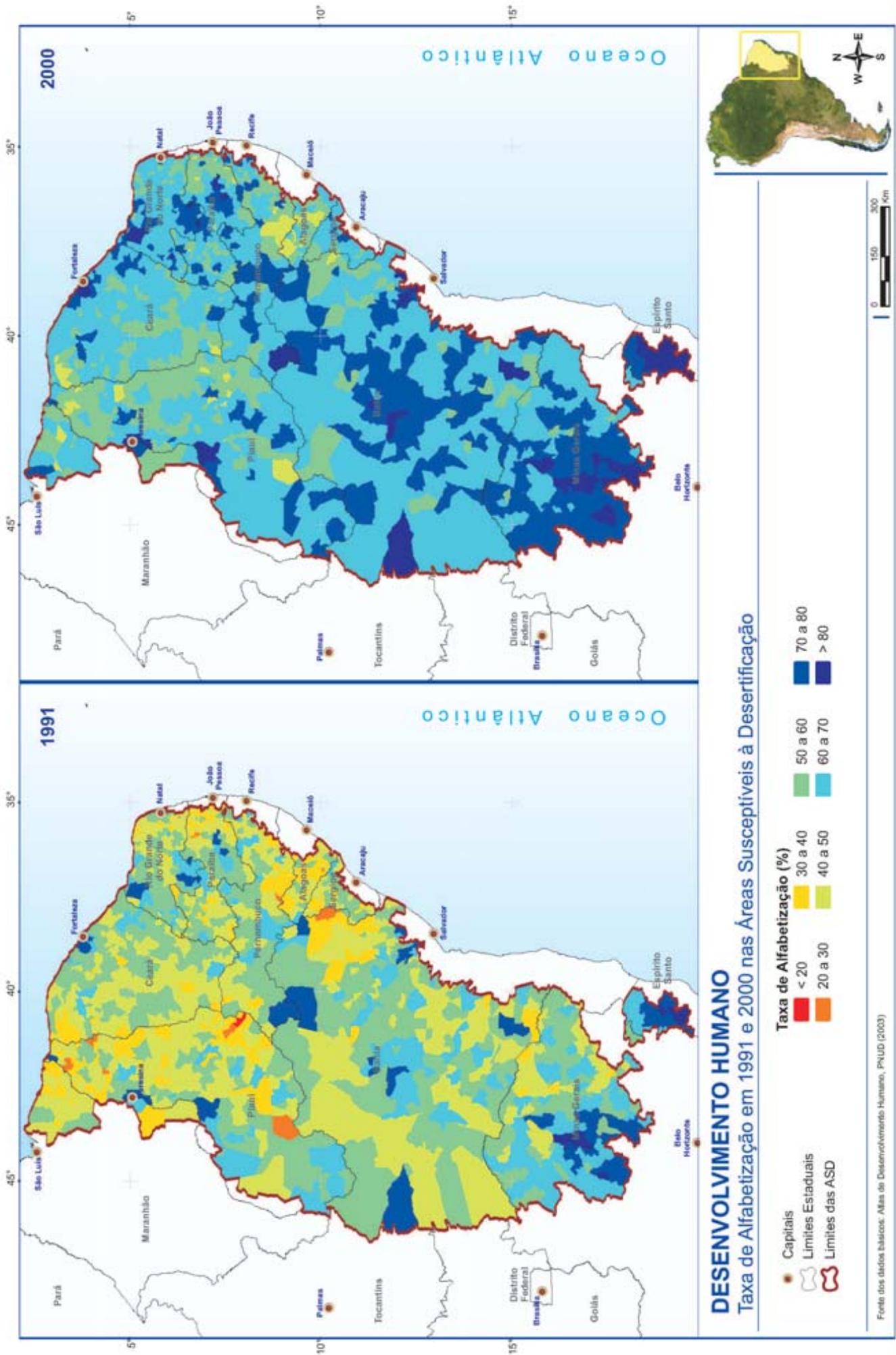


Figura 4.2 - Taxa de alfabetização em 1991 e 2000 nas áreas susceptíveis à desertificação

TAXA BRUTA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA

Para a avaliação da dimensão educação, o cálculo do IDH-M considera dois indicadores, com pesos diferentes: taxa de alfabetização (com peso dois) e a taxa bruta de frequência à escola (com peso um). O primeiro indicador já foi discutido anteriormente. O segundo indicador é o resultado do somatório de pessoas (independentemente da idade) que frequentam os cursos de ensino fundamental, secundário e superior, dividido pela população municipal na faixa etária de 7 a 22 anos.

Observando o mapa ao lado (Figura 4.4), verifica-se um aumento da frequência escolar mais acentuado que o acréscimo ocorrido com a taxa de alfabetização. Corrobora esta afirmativa a análise das frequências de ocorrência dessas taxas, visualizadas no gráfico abaixo. Em 1991, ambas as taxas apresentavam curvas de frequência de ocorrência acumulada coincidentes. Num segundo momento, no ano de 2000, essas curvas se distanciaram. Tanto o número de alfabetizados quanto a frequência à escola aumentaram. No entanto, esta última curva sempre apresentou valores de frequência maiores que a primeira. Ou seja, apesar de ter ocorrido redução considerável do número de pessoas analfabetas, esta redução não foi proporcional ao aumento na frequência escolar. Uma possível explicação para este comportamento pode referir-se às políticas educacionais implantadas neste período terem priorizado o amplo acesso às escolas sem a devida atenção aos aspectos relacionados à melhoria da qualidade do ensino.

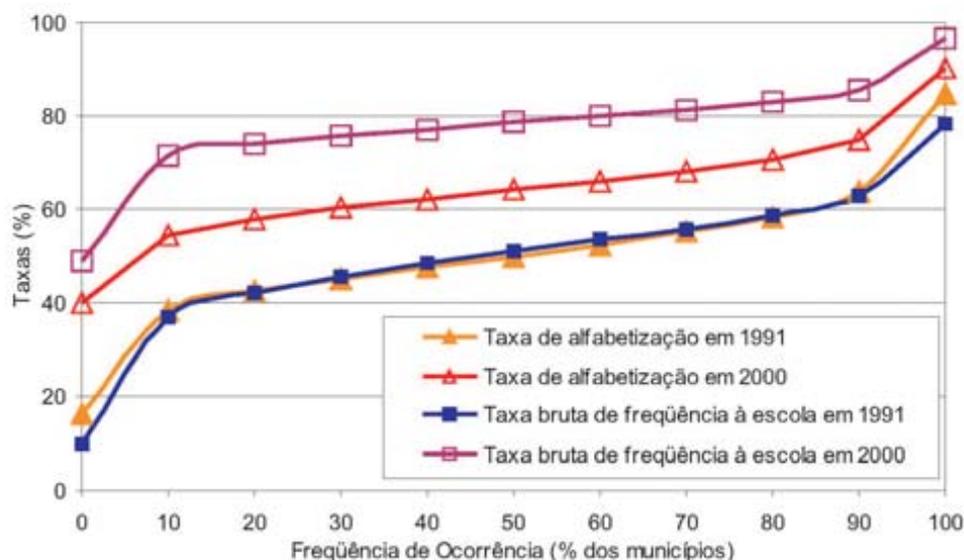


Figura 4.3 - Análise de frequência de ocorrência das taxas de alfabetização e da taxa bruta de frequência à escola nos municípios das áreas susceptíveis à desertificação.

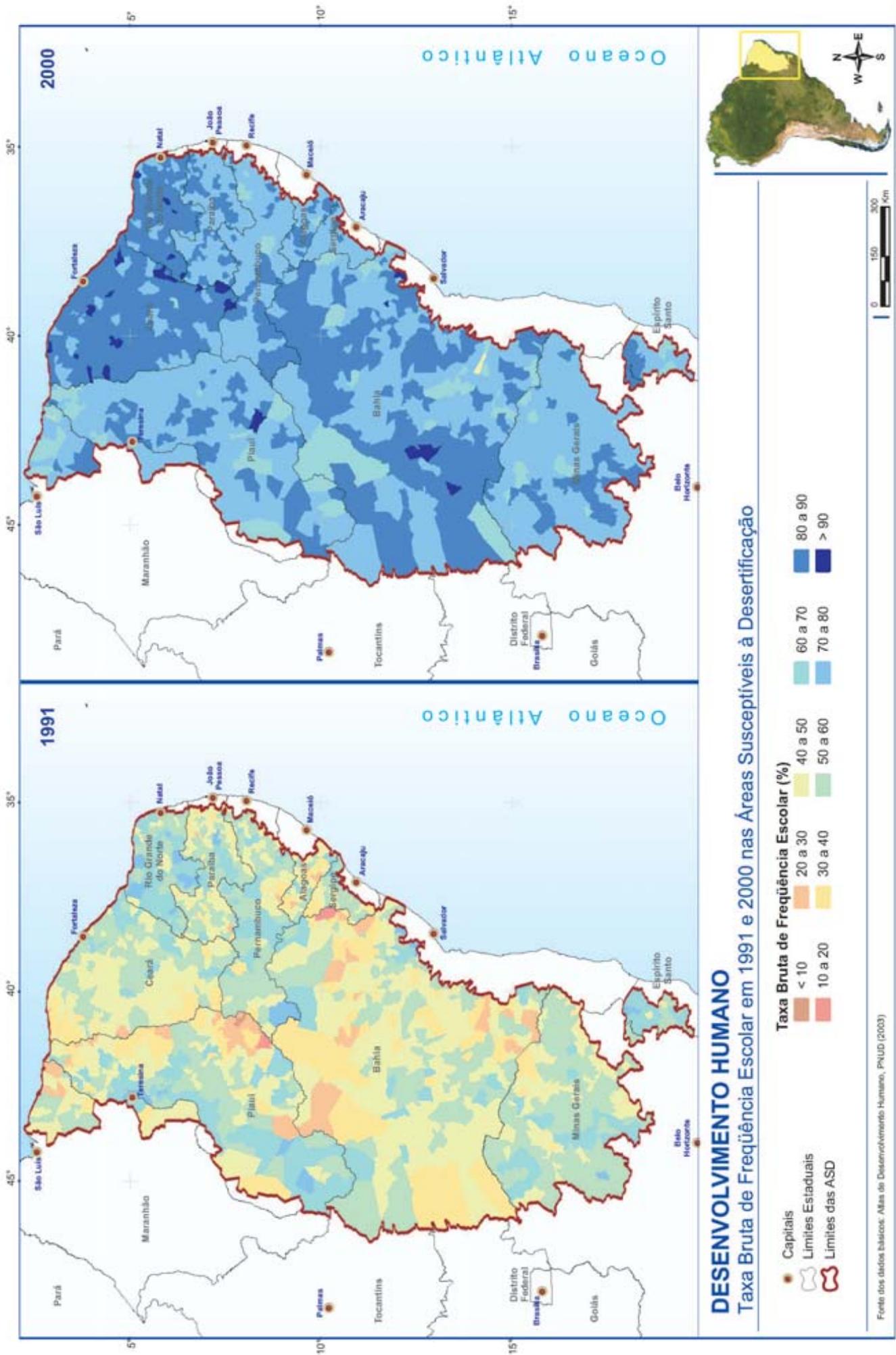


Figura 4.4 - Taxa bruta de frequência à escola em 1991 e 2000 nas áreas susceptíveis à desertificação

ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER

Para avaliar o desenvolvimento humano no que diz respeito à longevidade, o IDH-M utiliza a esperança de vida ao nascer. Este indicador corresponde ao número médio de anos que se espera que as pessoas vivam a partir do nascimento, desde que as condições de mortalidade existentes se mantenham constantes.

O indicador é uma eficaz forma de avaliar as condições sociais, de saúde e de salubridade por considerar as taxas de mortalidade das diferentes faixas etárias de uma localidade. Quanto mais mortes houverem nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida observada no local. Todas as causas de morte são contempladas para chegar ao indicador, tanto as ocorridas em função de doenças quanto as provocadas por causas externas (violências e acidentes).

Nas áreas susceptíveis à desertificação a esperança de vida ao nascer, entre os anos de 1991 e 2000, aumentou em 4 ou 5 anos para a maioria dos municípios dessa área. Esse comportamento não ocorre apenas na região, acompanha uma tendência mundial. Desde a década de 60, o processo de envelhecimento da população é evidenciado em todo o planeta. Grande parte em virtude dos grandes avanços da medicina que refletiram na redução das taxas de mortalidade e no controle mais eficiente da natalidade.

Esse contexto é um prenúncio de um dos grandes desafios para o futuro, o envelhecimento da população com qualidade de vida. É bom lembrar que, não só nas ASD como em grande parte do país, a população idosa tem dificuldade em ver seus direitos devidamente reconhecidos.

Tabela 4.5 - Análise da freqüência de ocorrência acumulada da esperança de vida ao nascer nas áreas susceptíveis à desertificação

Freqüência de ocorrência (%)	Esperança de Vida ao Nascer (Anos)		
	1991	2000	Diferença
20	55,3	59,9	4,5
40	57,7	62,7	5,0
50	58,8	63,9	5,1
60	59,8	64,8	5,0
80	62,0	67,0	5,1

Tabela 4.6 - Municípios com os melhores e piores valores de esperança de vida ao nascer nas áreas susceptíveis à desertificação

Ano	Piores		Melhores	
	Município	Valor	Município	Valor
1991	Jussara, Cafarnaum, João Dourado e Presidente Dutra, todos da Bahia	50,61	Montes Claros (MG)	69,43
2000	Araioses (MA)	55,15	Timbaúba dos Batistas, Caicó e São João do Sabugi, todos do RN	73,32

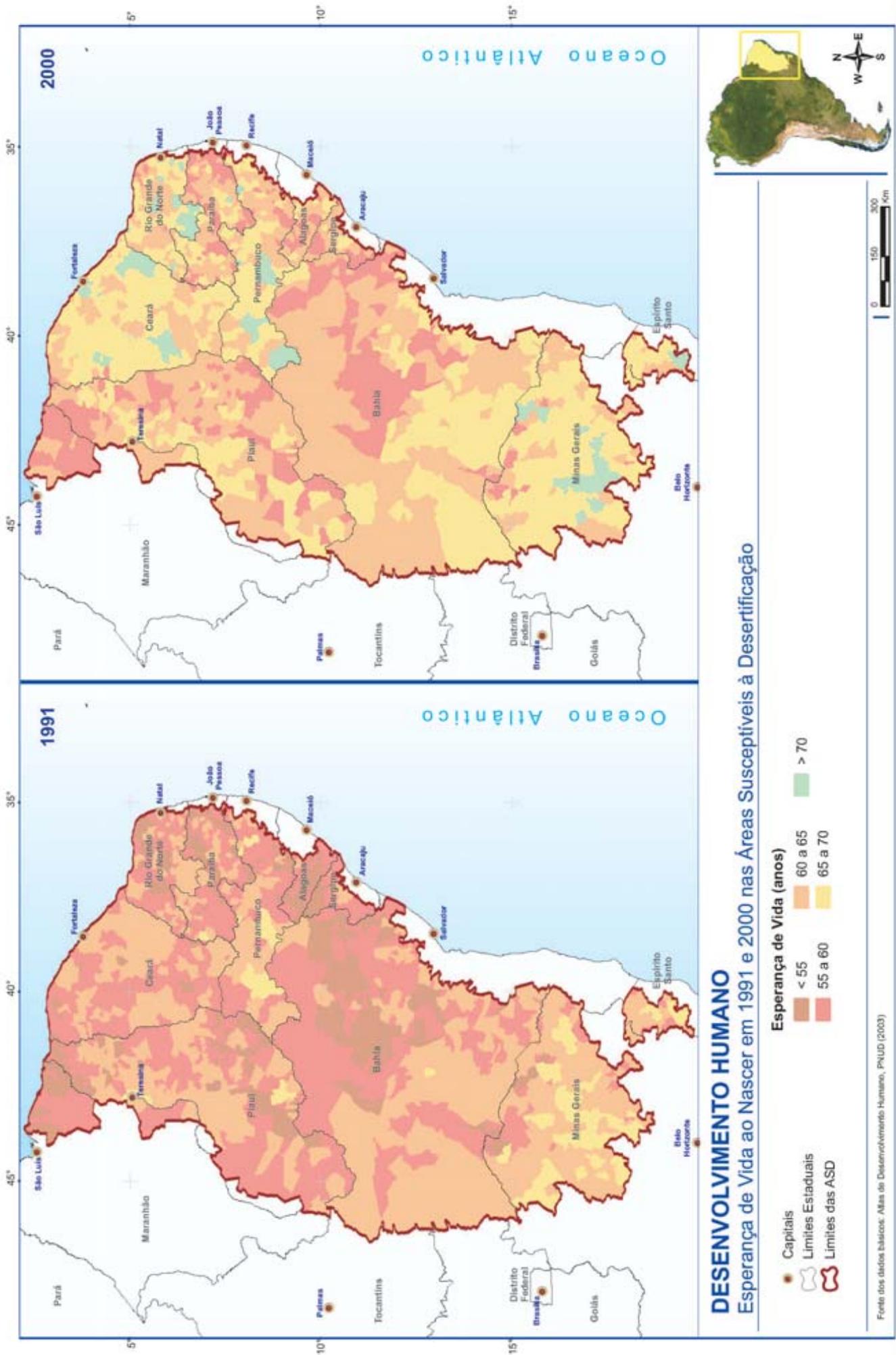


Figura 4.5 - Esperança de vida ao nascer em 1991 e 2000 nas áreas suscetíveis à desertificação

MORTALIDADE INFANTIL

A taxa de mortalidade infantil apresentada neste atlas é quantificada pelo número de crianças que não sobreviveram ao primeiro ano de vida em cada mil crianças nascidas vivas.

No Brasil, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2003), o índice médio deste indicador reduziu de 44,7 para 30,6 entre 1991 e 2000. Nas Áreas Susceptíveis à Desertificação, a maioria dos municípios (96%) apresentavam, em 2002, taxa de mortalidade infantil acima da média nacional. Apesar ter ocorrido tendência de melhora dos valores deste indicador, existe ainda muito a ser aprimorado.

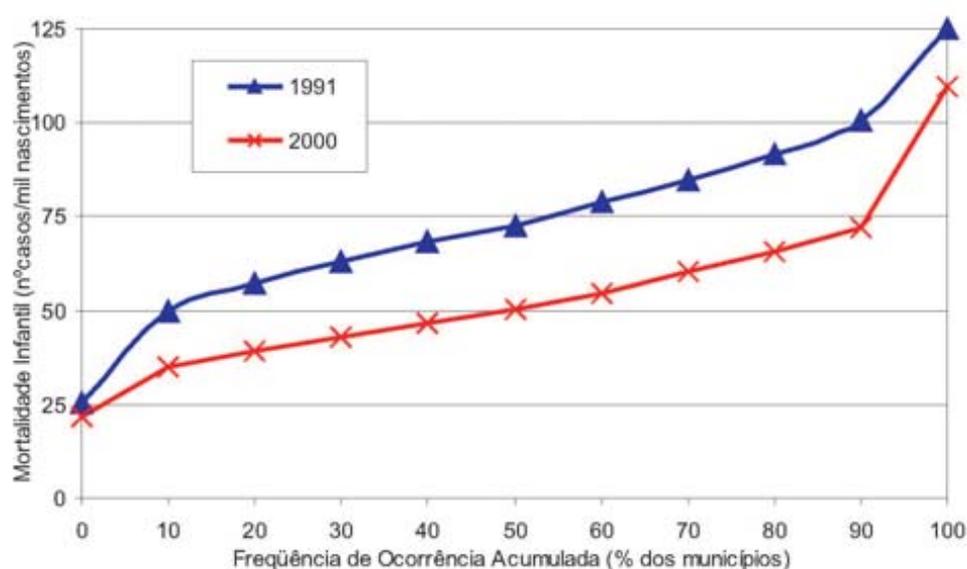


Figura 4.6 - Análise de frequência de ocorrência da mortalidade infantil nos municípios das áreas susceptíveis à desertificação.

Tabela 4.7 - Municípios com os valores extremos de mortalidade infantil nas áreas susceptíveis à desertificação

Ano	Piores		Melhores	
	Município	Valor	Município	Valor
1991	Jussara, Cafarnaum, João Dourado e Presidente Dutra, todos da Bahia	125,24	Montes Claros (MG)	25,68
2000	Manari (PE)	109,67	Bocaiúva (MG)	21,49

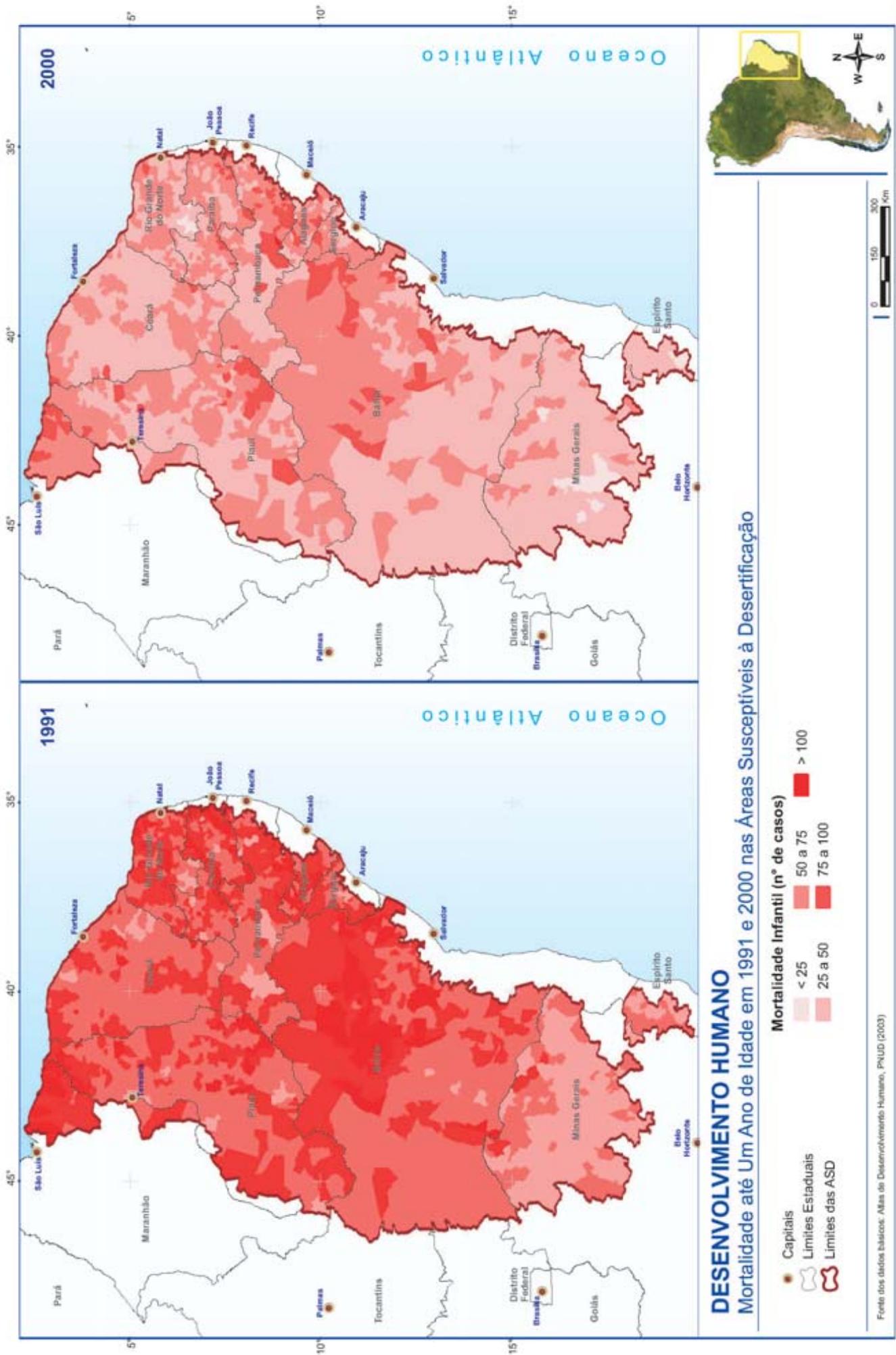


Figura 4.7 - Mortalidade até um ano de vida em 1991 e 2000 nas áreas susceptíveis à desertificação

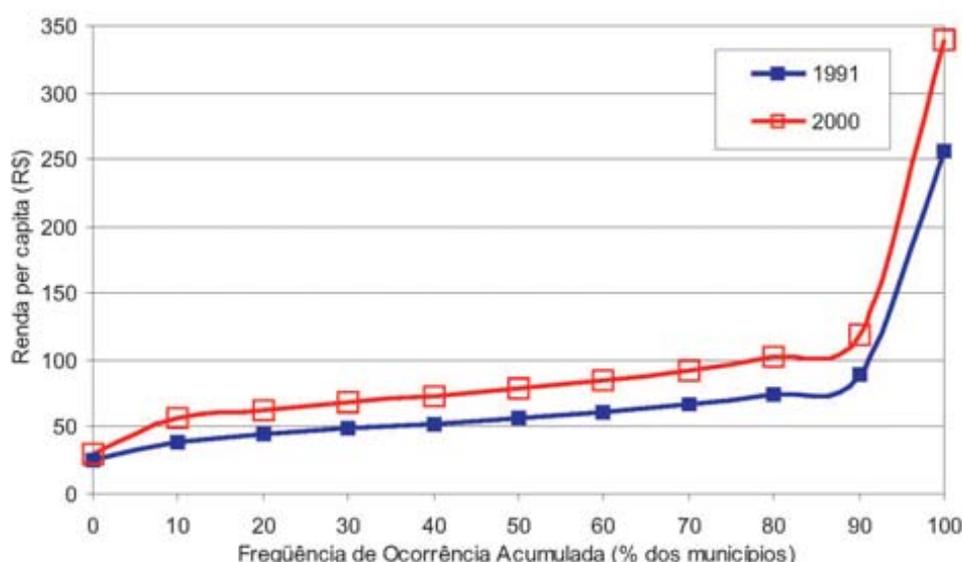
RENDA PER CAPITA

A renda per capita corresponde à divisão entre o total da renda nacional e o número de habitantes do país. Esse é um dos parâmetros utilizados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M. A renda municipal per capita consiste na renda média de cada residente no município. Para se chegar a esse valor soma-se a renda de todos os residentes e divide-se o resultado pelo número de pessoas que moram no município. Os valores são expressos em reais de 1º de agosto de 2000.

No caso brasileiro, o cálculo da renda municipal per capita é feito a partir das respostas ao questionário expandido do Censo, um questionário mais detalhado do que o universal e que é aplicado a uma amostra dos domicílios visitados pelos recenseadores. Os dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através dessa amostra do Censo são expandidos para o total da população municipal e, então, usados para o cálculo da dimensão renda do IDH-M.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2003), em 1991, a renda per capita municipal do Brasil¹ era de R\$230,30 e subiu para R\$297,23 em 2000. Nas áreas susceptíveis à desertificação, como se observa na análise de freqüência do mapa ao lado, em mais de 99,9% dos municípios desta região a renda per capita permaneceu, em 2000, inferior à média nacional. Apenas Fortaleza (CE) e Natal (RN) registraram renda superior (R\$306,70 e R\$339,92, respectivamente). Em 1991, o município em pior situação era Júlio Borges (PI), com R\$25,93 de renda per capita. Em 2000, sua renda praticamente dobrou, chegando a R\$51,37, que mesmo assim continua sendo um valor muito reduzido. No ano de 2000, a localidade na posição mais crítica em relação à renda foi Manari (PE), com R\$30,43 de renda per capita.

Figura 4.8 - Análise da freqüência de ocorrência acumulada da renda per capita nos municípios das áreas susceptíveis à desertificação



¹ Esses valores não correspondem à renda per capita nacional e sim à média aritmética das rendas per capita municipais.

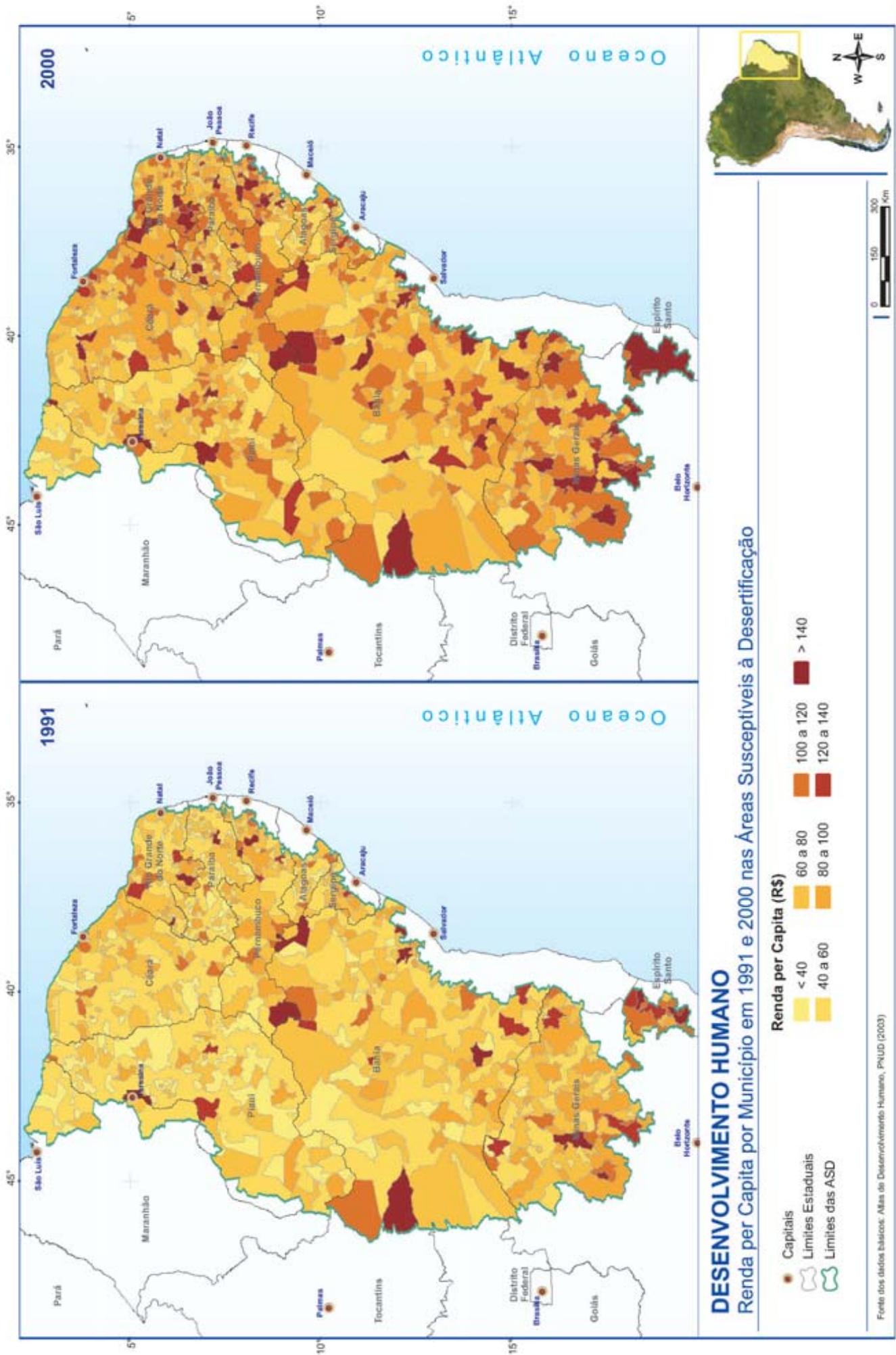


Figura 4.9 - Renda per capita em 1991 e 2000 nas áreas susceptíveis à desertificação

INTENSIDADE DA POBREZA

A intensidade da pobreza é um indicador que avalia o nível de pobreza dos indivíduos com renda domiciliar per capita média inferior à linha de pobreza (R\$ 75,50) do valor da linha de pobreza medida em termos de percentual do valor desta linha.

O municípios brasileiros possuíam em 1991 a intensidade de pobreza média de 49,18%. Em 2000 este valor permaneceu praticamente constante, passando para 49,68%. Em 87% das localidades das ASD verificou-se, em 2000, intensidade da pobreza maior que a média nacional. Observa-se na Figura 4.8, o gráfico com a análise de freqüência de ocorrência acumulada desse indicador, para os dois períodos de estudo. Verifica-se a quase coincidência entre as curvas. Este comportamento significa que pouco ou nada se alterou no que se refere à parcela da população mais carente e mais necessitada das ASD entre 1991 e 2000. Observando o mapa ao lado (Figura 4.9), é visível que em várias localidades a pobreza se intensificou, apesar de haver ocorrido aumento da renda per capita. Em outras palavras: ocorreu aumento da concentração da renda entre as camadas da população mais abastadas.

A seguir aprofunda-se esta análise comparando-se as variações ocorridas entre ambos os indicadores: intensidade da pobreza e renda per capita.

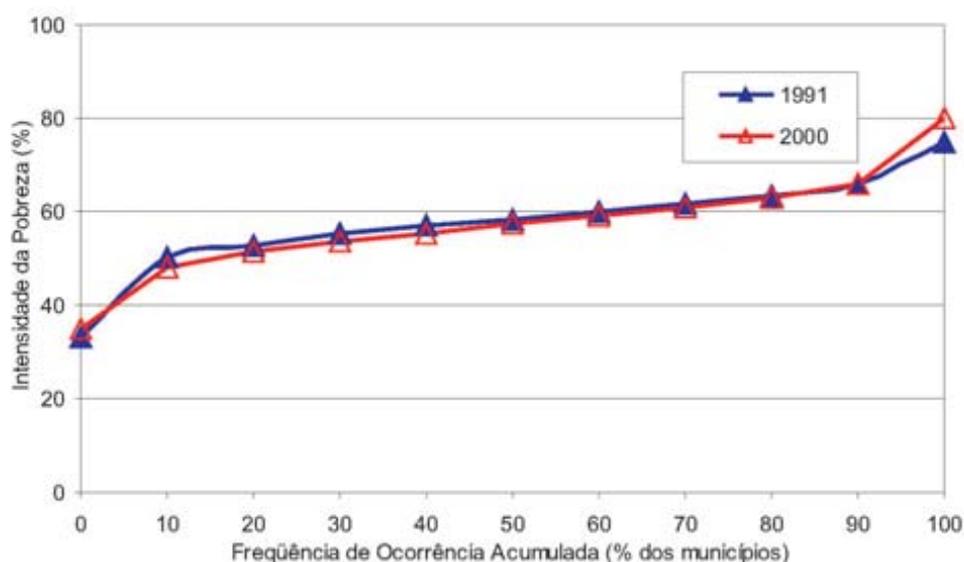


Figura 4.8 - Análise de freqüência de ocorrência acumulada da intensidade da pobreza nos municípios das áreas susceptíveis à desertificação

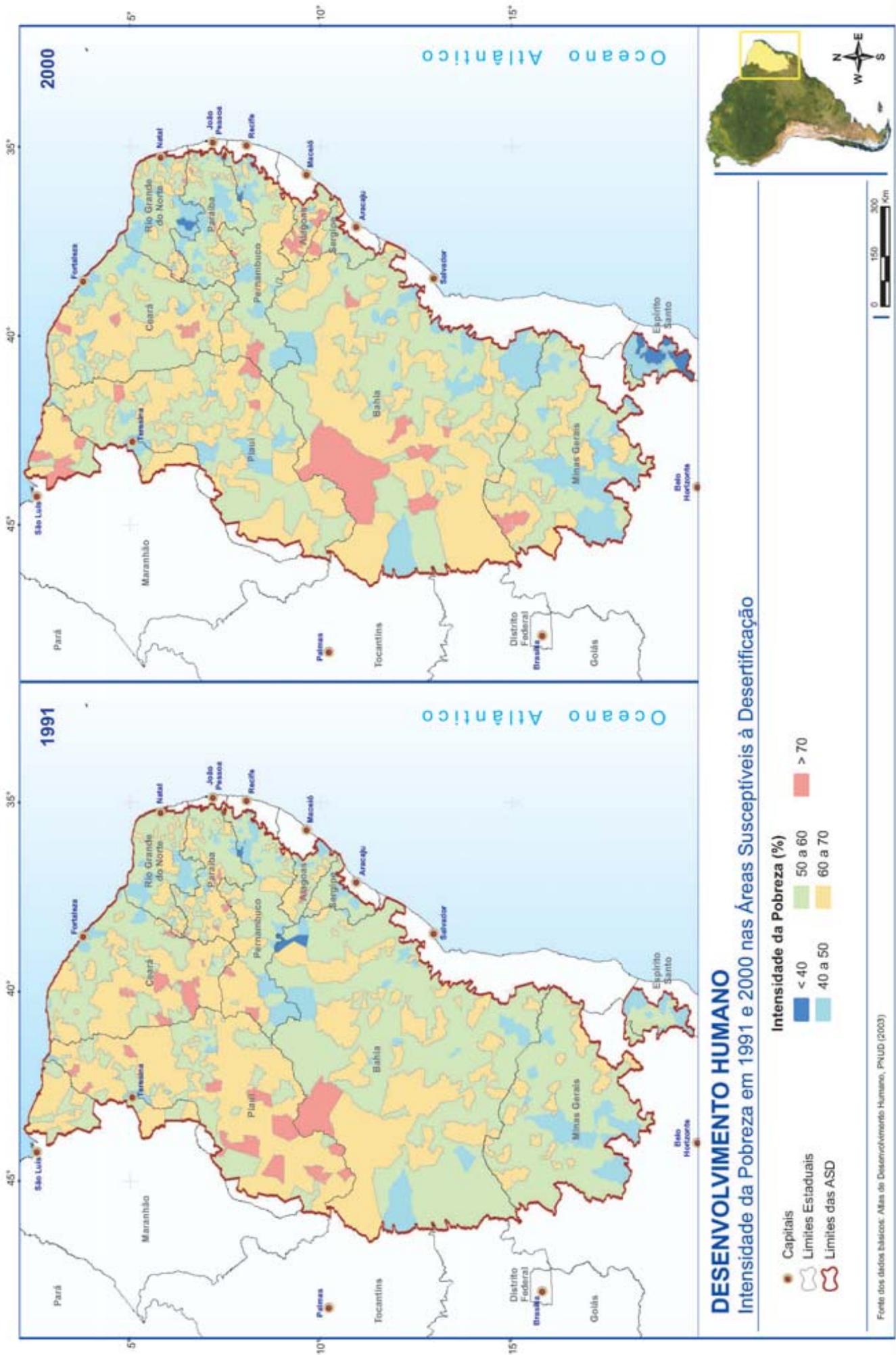


Figura 4.11 - Intensidade da pobreza em 1991 e 2000 nas áreas suscetíveis à desertificação

VARIAÇÃO DA RENDA PER CAPITA E DA INTENSIDADE DA POBREZA

Faz-se necessário analisar conjuntamente os indicadores renda per capita e intensidade da pobreza de modo a se ter uma visão mais clara a respeito da distribuição de renda nas áreas susceptíveis à desertificação. Para isso, foram dispostos lado a lado na página seguinte, os mapas das variações da renda per capita e da intensidade da pobreza. Pode-se verificar onde ocorreram aumentos ou reduções de ambas as variáveis no período entre 1991 e 2000.

Quanto à renda per capita, é pequeno o número de municípios que apresentaram variação negativa desta variável. Em termos de área, representa apenas 5% das ASD. Em geral, a distribuição geográfica destas localidades ocorre de maneira isolada. Porém, é preocupante a aglomeração de vários municípios com queda da renda per capita no Estado do Maranhão e na região fronteira entre Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Quanto à intensidade da pobreza, os Estados nos quais mais se observaram variações negativas, ou seja, aumento da renda da população mais pobre, foram Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Paraíba. Sendo que estes dois últimos não apresentaram nenhum município com aumento extremo da intensidade de pobreza (variação maior que 10%). Já os Estados em situação mais delicada neste quesito são Maranhão e Alagoas. Estes possuem a quase totalidade dos seus municípios que estão inseridos nas ASD em condição de agravamento da pobreza.

Verifica-se que, em várias das regiões onde ocorreram os maiores valores de aumento da renda per capita (superior a R\$ 25,00), ao contrário do esperado, intensificou-se a pobreza. Um exemplo deste comportamento é a região oeste baiana (município de Barreiras e entorno). Nesta área, houve um crescimento acentuado do agronegócio na década de 90, o que justifica o aumento da renda per capita. Lamentavelmente, neste mesmo local, ao contrário do que se poderia esperar, a intensidade da pobreza também aumentou, salvo algumas exceções. Isto evidencia que nem sempre o crescimento econômico acontece associado à distribuição de renda.

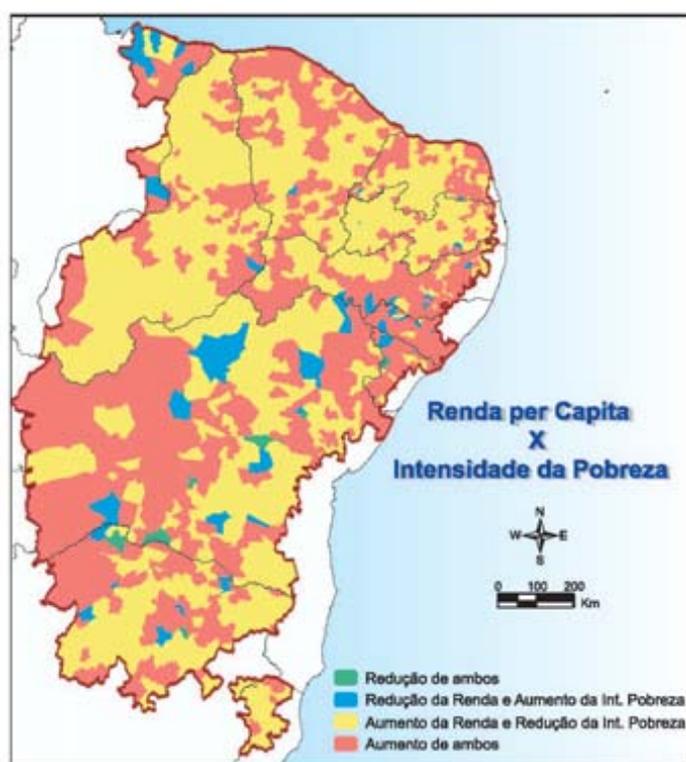


Figura 4.12 - Renda per capita versus intensidade da pobreza nas áreas susceptíveis à desertificação.

Para evidenciar com mais clareza a concentração de renda nas ASD, dividiu-se esta região em quatro categorias, em razão do aumento ou redução dos indicadores em análise. Constatou-se aumento da renda per capita e redução da intensidade da pobreza em 52,3% de sua área (em amarelo no mapa à esquerda). Em 42,5% das ASD, o aumento da renda per capita foi acompanhado pelo aumento da intensidade da pobreza (em vermelho). Somente em 4,6% da área em estudo, a renda per capita diminuiu ao mesmo tempo em que aumentou a pobreza intensa (classe azul). Finalmente, em apenas 0,6% das ASD ambos os indicadores sofreram redução (em verde).

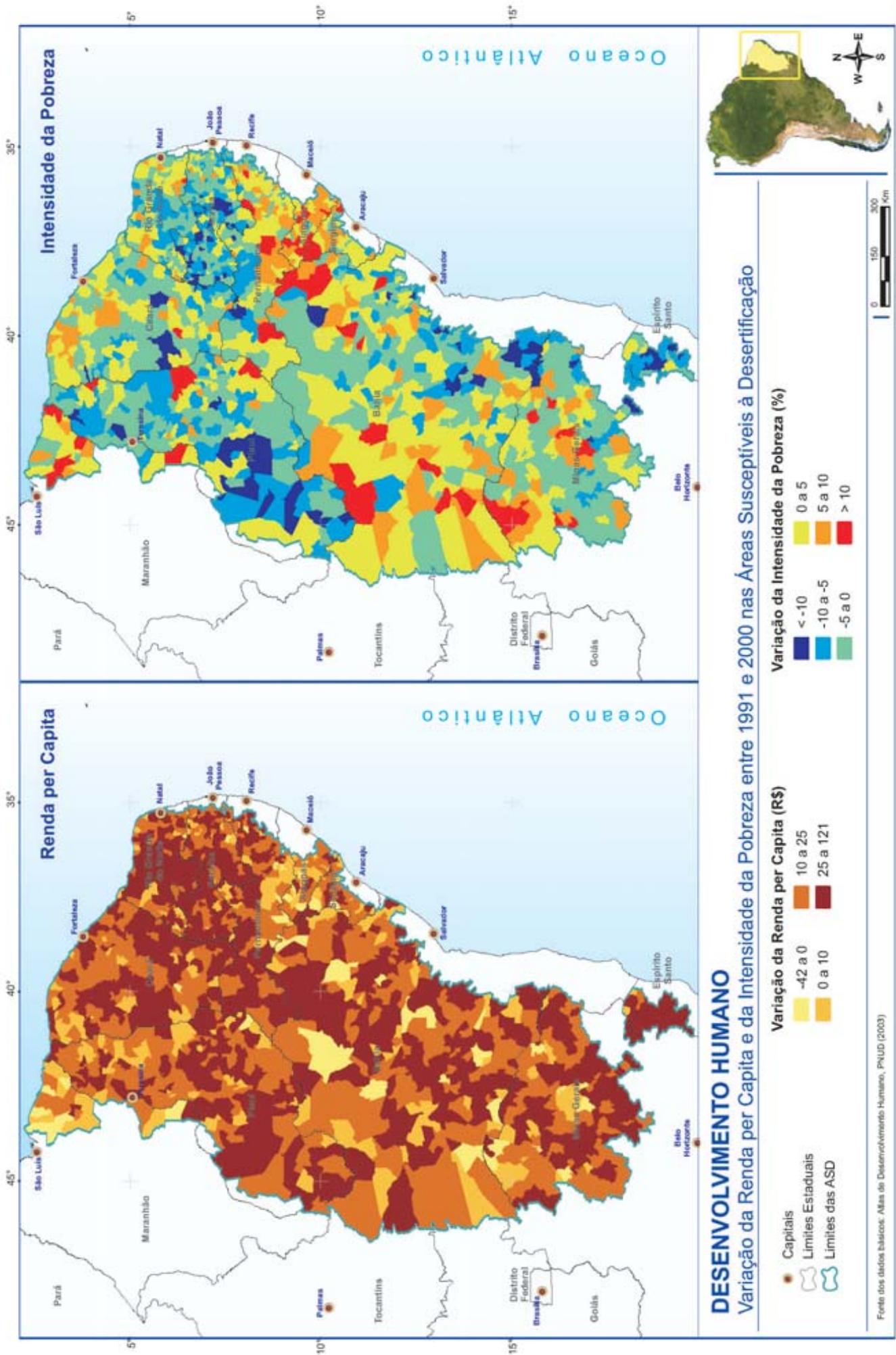


Figura 4.13 - Variação da renda per capita e da intensidade da pobreza em 1991 e 2000 nas áreas susceptíveis à desertificação.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação - UNCCD determina que seus Países-Partes, quando da elaboração e implementação de seus programas de combate à desertificação, devem dar atenção especial aos jovens, parcela da população mais vulnerável aos efeitos deletérios da degradação de terras.

Visando ao diagnóstico e monitoramento da situação das crianças e adolescentes no país, o Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef, criou o Índice de Desenvolvimento Infantil - IDI, que consiste num instrumento que contribui para a formulação e o monitoramento de políticas públicas orientadas à infância no Brasil, uma vez que identifica a condição de vida das crianças em cada um dos municípios brasileiros. É composto por indicadores que medem as condições em que crianças até 6 anos crescem e se desenvolvem. São eles: escolaridade dos pais; acesso das mães ao pré-natal; taxas de imunização contra sarampo e DTP; matrículas de crianças entre 4 e 6 anos em creches.

Inserida nos marcos da UNCCD e vinculada diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, implementa-se nas ASD estratégia do Unicef dedicada a estimular os municípios e os Estados das ASD brasileiras a elevar seus baixos Índices de Desenvolvimento Infantil.

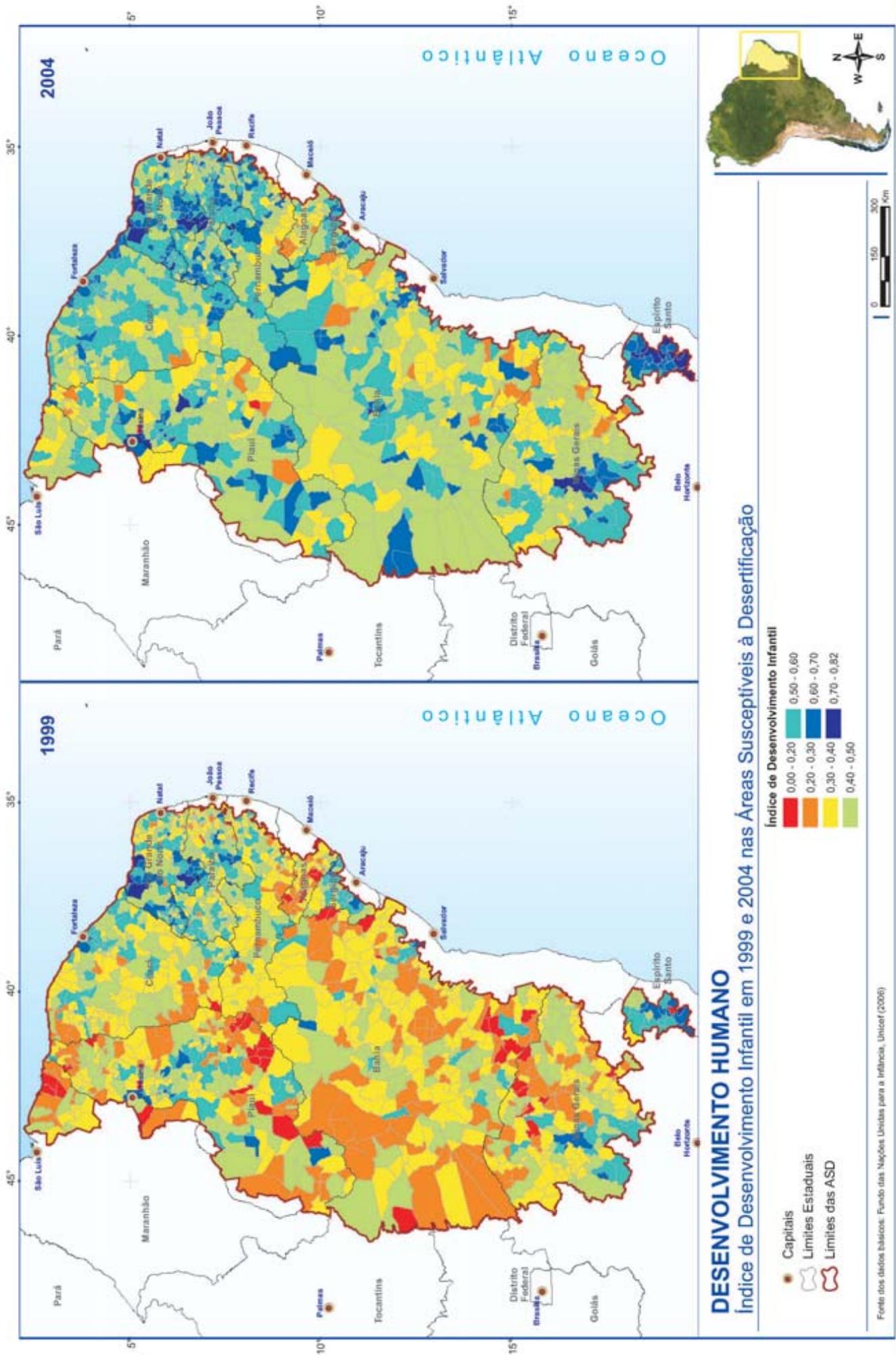
O Unicef utilizou o IDI para verificar a situação das crianças em todos os municípios brasileiros em 1999 e em 2004. Constatou que, neste período, o IDI médio (somatório dos índices verificados em todos os municípios brasileiros) do país subiu de 0.61 para 0.67 (quanto mais perto de um, melhores são as condições da infância no município ou no País). Nas ASD (Figura 4.14), a média deste índice aumentou de 0,40 para 0,49. Apesar da melhora, nessa região são observadas muitas áreas com valores críticos, muito abaixo da média nacional.

No semi-árido brasileiro, os índices de pobreza e concentração de renda são os piores de todo o país. Enquanto no Brasil os 20% mais ricos da população detinham, em 2003, quase 60% da renda do país, esse percentual alcançava 80% no semi-árido. Como consequência, os 20% mais pobres do semi-árido possuíam somente 1,7% da renda, enquanto, na média brasileira, os 20% mais pobres detinham 2,7% da renda. Esses níveis de pobreza, segundo o Unicef, estão correlacionados com violações dos direitos das crianças e adolescentes. Cerca de 250 mil meninos e meninas de 10 a 14 anos, por exemplo, estão fora da escola. Uma em cada seis crianças trabalha. Mais de 390 mil adolescentes são analfabetos.

Buscando reverter tal situação, firmou-se em 17 de junho de 2004 (dia mundial de combate à desertificação), em Brasília, o Pacto Nacional "Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido Brasileiro", que é uma iniciativa de solidariedade, de cidadania responsável e de compromisso de todo o Brasil com o desenvolvimento da região. Ele representa a união de forças entre o governo federal, os governos dos nove Estados do Nordeste, de Minas Gerais e do Espírito Santo, de organizações da sociedade civil, de empresas e da própria população.

Em maio de 2004, foi assinado pelos governadores dos 11 Estados do semi-árido um documento em que se comprometem a adotar medidas para melhorar as condições de vida das crianças e dos adolescentes nos Estados, cumprindo metas nas áreas de saúde, educação e proteção.

Para mobilizar os municípios e viabilizar as metas do Pacto, criou-se o Selo Unicef "Município Aprovado", uma iniciativa que aporta apoio técnico e monitora e reconhece os municípios que implementam políticas que resultam, especialmente, na elevação dos níveis de qualidade em educação, saúde, proteção e participação social das crianças e dos adolescentes da região semi-árida.



ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Figura 4.14 - Índice de desenvolvimento infantil em 1999 e 2004 nas áreas susceptíveis à desertificação

